



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

**PROJETO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES:  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA DIPLOMADOS –  
COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA**

Brasília, 17 de março de 2014



REITORIA

Wilson Conciani

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Simone Cardoso dos Santos Penteadó

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Adilson César de Araújo

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Miyoko Massukado

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Giano Luis Copetti

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Fernando Dantas de Araújo

DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS SAMAMBAIA

Neli Terezinha da Silva

DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Renzo Gonçalves Chaves

COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO

Martha de Almeida Prado Montenegro

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Vania do Carmo Nobile Silva

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CURSO

Gustavo Aguiar Malafaia de Araújo

Luana Rodrigues Nogueira de Lima

Luiz Diogo de Vasconcelos Junior

Rosa Amélia Pereira da Silva

Veruska Ribeiro Machado

ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO

Hellen Cristina Cavalcante Amorim

REVISÃO TEXTUAL

Veruska Ribeiro Machado

## SUMÁRIO

1.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO .....	7
1.1	Identificação da Instituição .....	7
1.2	Dados de Identificação do Curso .....	8
2.	HISTÓRICO .....	9
2.1	Da Instituição .....	9
2.2	Do <i>Campus</i> .....	10
2.3	Do Curso .....	11
2.3.1	Justificativa do curso .....	12
3.	OBJETIVOS DO CURSO .....	16
3.1	Objetivo Geral .....	16
3.2	Objetivos Específicos .....	16
4.	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO .....	17
4.1	Público Alvo .....	17
4.2	Formas de Acesso .....	17
5.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO (EGRESSO) .....	19
6.	CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL .....	20
7.	CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS .....	20
7.1	Fundamentos Legais .....	22
8.	A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	23
8.1	Princípios norteadores da Organização Curricular .....	23
8.2	Estrutura Curricular .....	32
8.3	Fluxograma .....	33
8.4	Sistema acadêmico, duração e número de vagas .....	34
8.5	Matriz curricular .....	34
9.	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO .....	36

10.	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....	37
10.1	Ambientes detalhados .....	40
11.	PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	42
12.	DIPLOMAS.....	44
13.	AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO .....	44
14.	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS .....	44
	REFERÊNCIAS .....	45
	ANEXOS .....	47

## 1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 Identificação da Instituição

**Mantenedora:** Ministério da Educação

**Nome Fantasia:** MEC

**Instituição:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

**CNPJ:** 10.791.831/0001-82

**Nome Fantasia:** Instituto Federal de Brasília (IFB)

**Campus:** Samambaia

**Esfera Administrativa:** Federal

**Categoria:** Pública Federal

**Endereço:** Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01

**Cidade/UF/CEP:** Samambaia – DF/72320-328

**Telefone:** 61 2103 2300

**Sítio do Campus:** <http://www.ifb.edu.br/samambaia>

## 1.2 Dados de Identificação do Curso

**Denominação:** Programa Especial de Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional (Licenciatura para a Educação Profissional, nos termos da Resolução CNE/CEB nº2/97)

**Área de conhecimento:** Educação

**Nível:** Graduação

**Modalidade:** Curso presencial

**Habilitação ou ênfase:** Licenciado

**Titulação:** Graduação

**Carga Horária Total** ( hora relógio): 683,33h

**Total Horas-Aula** (observando a duração da aula no IFB - 50min): 820h/a

**Carga Horária de Prática como componente curricular:** 310h/a

**Estágio Curricular Supervisionado:** 110h/a (as 110h já estão contempladas na carga horária de prática)

**Período de Integralização:** 1 ano e meio (prazo máximo de integralização: 3 anos)

**Forma de Acesso Processo Seletivo:** Análise Curricular

**Número de Vagas por turno de oferta:** 30

**Turno:** Vespertino

**Regime de Matrícula:** Seriado Semestral

**Periodicidade Letiva:** Semestral

**Entrada no Curso:** Anual

## 2. HISTÓRICO

### 2.1 Da Instituição

O histórico da implantação e desenvolvimento da instituição se associa à história da rede de educação profissional, científica e tecnológica. Em 1909, Nilo Peçanha, então presidente da República, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Numa sucessão de mudanças, em 1941, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser chamadas de Liceu Industrial e no mesmo ano passam para Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965 passam para Escolas Industriais Federais. Em 1968 assumem a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETF). Entre 1978 e 2001 as Escolas Técnicas Federais passam individualmente para Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

Após o nascimento das escolas profissionalizantes industriais, foram criadas 20 Escolas Agrícolas no País, entre os anos de 1910 e 1929, muitas delas extintas atualmente. A história da Escola Técnica de Brasília começa em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. É inaugurada em 21 de abril de 1962, sob a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília, com o objetivo de ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola. Após anos de funcionamento e mudanças legislativas, a Escola Técnica de Brasília foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília ou Instituto Federal de Brasília (IFB), pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo incorporado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pela associação dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos CEFET de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

O Instituto Federal de Brasília atualmente atua nas Regiões Administrativas de Planaltina, Brasília, São Sebastião, Taguatinga, Gama, Samambaia, Riacho Fundo, Ceilândia e Estrutural.

O IFB tem como missão oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação crítica do cidadão e o desenvolvimento sustentável.

## 2.2 Do *Campus*

O *campus* do Instituto Federal de Brasília localizado na Região Administrativa de Samambaia iniciou as suas atividades em 2010.

A Região Administrativa de Samambaia, cujo nome deve-se ao Córrego Samambaia, foi oficialmente criada em 1989 e compreende área urbana e rural. A população urbana estimada de Samambaia é de 220.806 habitantes, segundo dados da pesquisa distrital por amostra de domicílios (PDAD 2013)<sup>1</sup>.

A vocação do *campus* Samambaia e de sua área de influência foi definida com base em dados socioeconômicos, estratificados por região, fornecidos pela CODEPLAN, bem como por consultas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA) e sindicatos. As informações obtidas no que diz respeito às atividades econômicas mais presentes na região somaram-se à consulta pública realizada no primeiro semestre de 2009, por meio da qual se identificou a demanda da população por cursos nas áreas de meio ambiente, segurança do trabalho, móveis e construção civil.

Logo após a consulta pública, iniciaram-se tratativas com o governo local para o funcionamento provisório do *campus*, tendo sido realizado o seminário “Desafios e metas do Campus Samambaia”, em março de 2010. O seminário contou com a participação de 131 pessoas e deliberou pela oferta dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), nas especialidades pedreiro, almoxarife e apontador, agente ambiental, catador de materiais recicláveis e formação para membros da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Os três primeiros, para os quais houve demanda suficiente para a formação das turmas pioneiras, foram ofertados a partir de

---

<sup>1</sup> Para ter acesso a informações socioeconômicas acerca dos residentes da região administrativa de Samambaia, acesse o sítio da CODEPLAN:  
<http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/Pesquisas%20Socioeconômicas/PDAD/2013/PDADSamambaia2013.pdf>

junho de 2010, em sedes provisórias que funcionaram no SEST-SENAT e no Centro de Ensino Fundamental 504. Essas sedes foram instaladas por meio de convênios com o Governo do Distrito Federal e o SEST-SENAT.

Antes disso, por demanda da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica (ABMS) e com sua cooperação, foi ministrado o curso FIC de sondador de solos, que qualificou trabalhadores das empresas do ramo.

Além desses cursos de formação inicial e continuada anteriormente mencionados, no segundo semestre de 2010, o *campus* também iniciou a oferta de curso técnico, sendo que o primeiro a ser oferecido foi o Técnico em Reciclagem (técnico subsequente).

Atualmente, já se ofertam em Samambaia cursos técnicos subsequentes que se inserem nas três áreas de vocação do *campus*: meio ambiente (Técnico em Reciclagem e Técnico em Controle Ambiental), construção civil (Técnico em Edificações) e produção industrial (Técnico em Móveis). Além dos técnicos subsequentes, são ofertados também cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nos seguintes eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Infraestrutura e Produção Industrial. Há ainda cursos FIC na área de Informática, bem como a oferta de cursos de língua estrangeira (espanhol e inglês).

### 2.3 Do Curso

A Resolução CNE/CEB nº 02, de 26 de junho de 1997, dá as diretrizes para o programa emergencial de formação de docentes no nível superior para as disciplinas que integram as quatro séries finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio. O referido programa é destinado especificamente para quem é Bacharel e Tecnólogo e oferece a oportunidade de aproveitamento de estudos para obtenção de licenciatura.

Esse programa destina-se a suprir a falta, nas instituições de ensino, de professores habilitados em determinadas disciplinas e localidades, em caráter especial. O curso de Formação de Professores para a Educação Profissional - Licenciatura, nesse caso, além de contribuir para a adequação dos docentes aos conteúdos por eles ministrados, representa um investimento na carreira desses profissionais.

O curso de Formação de Professores para a Educação Profissional – Licenciatura – foi apontado como necessário à complementação de formação dos professores dos Institutos Federais (IFs), em especial para aqueles que atuam no ensino de nível médio. Muitos desses profissionais realizam atividades nos IFs sem a devida formação na área pedagógica. Reuniões envolvendo gestores e docentes do Instituto Federal de Brasília deram início ao processo de elaboração de um projeto de curso de Formação de Professores para a Educação Profissional - Licenciatura.

Com base na Resolução CNE/CEB nº 02/97 e na necessidade do IFB, uma comissão de professores designados para formatar o curso de complementação pedagógica concretizou a elaboração deste PPC.

A capacitação pedagógica de professores que atuam nos IFs é uma oportunidade de aperfeiçoar suas metodologias em sala de aula da educação básica. Esse aperfeiçoamento dos docentes poderá acarretar melhoria na promoção da aprendizagem.

### **2.3.1 Justificativa do curso**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996), em seu art. 62, trata da formação dos docentes para atuação na educação básica. Conforme determina esse artigo, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser feita em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

Logo em seguida, no art. 63, a LDB dispõe que os institutos superiores de educação poderão manter programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica.

Dessa forma, a Resolução CNE/CEB nº 2/97, que trata dos programas especiais de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo de ensino fundamental, médio e educação profissional em nível médio, nasce do art. 63, inciso II da LDB.

A Resolução CNE/CEB nº 2/97 tem como objetivo expresse suprir a falta de professores habilitados em determinadas disciplinas e localidades, procurando seguir a orientação constante na Lei 9394/96.

A oferta de formação pedagógica para os professores dos Institutos Federais vai, portanto, ao encontro do objetivo expresse pela Resolução CNE/CEB nº 2/97.

Cabe destacar que os Institutos Federais (IFs) foram criados pela Lei 11.892/2008, que também instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A Rede Federal vivencia, desde 2003, a maior expansão da sua história. Enquanto foram construídas apenas 140 escolas técnicas no país de 1909 a 2002, desde que começou a expansão, em 2003, até o ano de 2010, foram construídas 214 escolas técnicas previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional<sup>2</sup>.

Nesse contexto de expansão, para atender às necessidades dos IFs no que diz respeito à oferta de educação superior, básica e profissional, foi necessária a realização de vários concursos para contratação de docentes. Entretanto, nem sempre é possível contratar profissionais da área técnica com formação pedagógica para atuar na educação profissional. Ademais, deve-se ressaltar que, mesmo quando se contratam professores para as áreas em que existem licenciados, como Química e Matemática, por exemplo, nem sempre os concursos contemplam vagas para os profissionais com licenciatura. Isso significa que parte dos docentes hoje atuantes nos IFs não tem formação pedagógica.

Vale, entretanto, ressaltar que, de acordo com a filosofia dos Institutos, os professores devem atuar de forma que atenda a todos os níveis e modalidades educacionais, o que significa, a priori, que todos deveriam também atuar na educação básica. Há, todavia, o entrave da formação para que esses profissionais atuem na educação básica, pois, conforme apregoa a LDB, para nela atuar, é necessário ter formação pedagógica.

Visando suprir essa necessidade de formação pedagógica, a Pró Reitoria de Ensino elaborou uma Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação que terá como uma das suas ações o curso de Complementação Pedagógica ofertado pelo *campus* Samambaia. Este curso surge, portanto, com o objetivo primeiro de oferecer formação pedagógica aos docentes que atuam no IFB, justificando o motivo pelo qual não houve audiência pública tampouco consulta à comunidade para a oferta deste curso. Por determinação da gestão, no segundo semestre de 2011, este curso passou a fazer parte das metas do *campus* Samambaia. Essa determinação embasou-se no reconhecimento da necessidade de oferecer formação pedagógica aos professores do IFB, com vistas ao atendimento da legislação. Embasou-se também no disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) elaborado para o período de 2009 a 2013. Segundo consta no PDI, uma das metas da Instituição é capacitar os docentes para o ensino nos diferentes níveis e modalidades nas quais o IFB atua.

---

<sup>2</sup> Informações sobre a expansão podem ser obtidas no sítio do Ministério da Educação: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

A seguir, encontra-se um levantamento acerca do número de licenciados em dois *campi*<sup>3</sup>, com o objetivo de exemplificar a situação e reforçar a necessidade de oferecer a referida formação.

---

<sup>3</sup> Destaca-se que o Instituto Federal de Brasília (IFB) não dispunha do quantitativo de licenciados, bacharéis e tecnólogos que atuava nos diversos *campi* até a entrega deste plano, em março de 2014. Para conseguir esses dados, esta comissão solicitou essas informações a alguns setores de diversas pró-reitorias (PRDI, PRPI, PREN), mas não obteve sucesso. Sendo assim, utilizou-se como estratégia solicitar aos Diretores Gerais dos *campi* esse levantamento. A comissão recebeu as informações de dois *campi*: Taguatinga e Riacho Fundo. Optou-se, então, por apresentar uma amostra do número de licenciados do IFB com base nos números de dois *campi*: Riacho Fundo e Samambaia. Taguatinga não foi inserida porque os dados desse *campus* eram referentes à formação de cada professor, mas não especificavam em todos os casos a modalidade do curso: licenciatura, bacharelado ou tecnólogo.

Quadro 1 - Quantitativo de licenciados com base nas informações dos *campi*

	<b>Total de docentes</b>	<b>Licenciados</b>	<b>Bacharéis/Tecnólogos</b>
<b>Riacho Fundo</b>	13 (efetivos)	7	6
<b>Samambaia</b>	49 (efetivos)	15	33

Fonte: *Campus Riacho Fundo e Campus Samambaia*

Nota: Foram considerados apenas os professores efetivos

Os números indicam que a oferta de um programa especial de formação pedagógica se justifica no contexto do IFB. Ademais, deve-se destacar que, mesmo na oferta de educação profissional e tecnológica, segundo a Lei de criação dos Institutos, é preciso conjugar conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, o que requer formação pedagógica. Reconhece-se, nesse sentido, a necessidade de que todos os professores que atuam na educação profissional dominem as especificidades da profissão docente e os fundamentos do processo de aprendizagem.

Além disso, no art. 7º da Lei 11.892/2008, que apresenta os objetivos dos Institutos Federais, consta a oferta, na alínea b do inciso VI, de programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Segundo a referida Lei, os Institutos devem oferecer no mínimo 20% de suas vagas para a oferta de licenciatura e de programa de formação pedagógica de professores.

Conclui-se, pois, que a oferta do programa especial de formação pedagógica de docentes para disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional de nível médio justifica-se pela própria necessidade da Instituição de oferecer formação pedagógica aos profissionais que nela atuam e pela Lei 11.892/2008, a qual, ao criar os Institutos, apresenta como um dos objetivos dessas instituições a oferta de cursos de formação de professores.

Atendida essa demanda (acredita-se que essa formação terá duração específica), será possível também atender aos professores que atuam na educação profissional em escolas da Secretaria de Educação do Distrito Federal e em instituições particulares. Em pesquisa realizada no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em janeiro de 2013, foram identificadas 55 instituições de ensino que ofertam educação profissional no Distrito Federal. Dentre elas, 5 ofertam especificamente educação básica integrada à educação profissional (Proeja e Ensino Médio Integrado).

### 3. OBJETIVOS DO CURSO

#### 3.1 Objetivo Geral

Oferecer aos educadores que trabalham com educação profissional o programa especial de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo da educação profissional de nível médio, disseminando os conhecimentos pedagógicos em prol de uma educação humanizadora e significativa, com a ampliação da oferta de profissionais assim capacitados para atender à demanda da educação básica brasileira, em cumprimento à LDB.

#### 3.2 Objetivos Específicos

- Ampliar a contribuição do IFB na formação de profissionais qualificados para a educação básica, assegurando o cumprimento do disposto na Lei 11.892/2008, que determina como um dos objetivos dos Institutos a oferta de no mínimo 20% de suas vagas para a formação de professores.
- Atender à necessidade de fomentar a formação continuada, entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes.
- Reforçar a formação continuada do corpo docente como prática regular que responda às reais necessidades dos discentes em sala de aula.
  - Tornar o Campus Samambaia referência na formação em nível de licenciatura e continuada de docentes, constituindo um núcleo de formação.

## 4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

### 4.1 Público Alvo

O Curso de Complementação Pedagógica será oferecido para professores portadores de diploma de nível superior (Bacharéis e Tecnólogos) em cursos relacionados à habilitação pretendida.

Para a primeira etapa de formação, serão ofertadas vagas nas áreas de Administração, Engenharia Civil e Informática. Na segunda etapa, outras áreas de formação poderão ser contempladas, visto que a primeira etapa se configurará como um *locus* de pesquisa sobre a docência na educação profissional, o que possibilitará ao Campus Samambaia tornar-se um polo de formação docente em EPT.

Para a segunda etapa, pretende-se estabelecer diálogo com os *campi* do IFB uma consulta pública à comunidade com o objetivo de conhecer outras áreas para as quais há a necessidade de formação. Dependendo das necessidades apontadas, o Núcleo Docente Estruturante poderá propor cursos de complementação pedagógica para atender a áreas específicas identificadas pelos diversos *campi* do IFB.

### 4.2 Formas de Acesso

Poderão inscrever-se no curso de formação os portadores de diploma de nível Superior (Bacharelado ou Curso Superior de Tecnologia). Todo o processo de seleção dos candidatos será regido por edital que descreverá as etapas de seleção e os critérios de avaliação, assim como, as disciplinas que ofereçam base de conhecimento para a habilitação pretendida.

A seleção para o Curso de Complementação Pedagógica será realizada pelo Instituto Federal de Brasília. Os candidatos deverão inscrever-se no sítio do Instituto Federal de Brasília ou de acordo com outra metodologia a ser indicada no edital de oferta.

O processo seletivo será divulgado por meio do edital publicado no sítio do Instituto Federal de Brasília, com o detalhamento sobre as condições e sistemática do processo, além do número de vagas oferecidas.

A seleção dos candidatos será feita por comissão designada pela Diretoria Geral do *campus* Samambaia, juntamente com o núcleo docente estruturante (NDE) do curso. Essa comissão deverá verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e as áreas e subáreas ofertadas no programa de formação pedagógica, conforme conste no edital de seleção.

Não serão consideradas as inscrições no processo seletivo de candidatos que não tiverem formação na área em que o curso estiver sendo ofertado.

## 5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO (EGRESSO)

O licenciado pelo curso de Formação de Professores para a Educação Profissional – Complementação Pedagógica– do IFB terá o perfil de educador que domine os conteúdos, habilidades e competências específicas do profissional docente e os aplique em prol da aprendizagem significativa. Espera-se que esse profissional seja capaz de inter-relacionar conteúdos da diversidade humana e cultural, históricos, políticos e sociais nos processos educacionais. Deverá nortear a prática do ensino como elemento de valorização humana, da autoestima e do exercício pleno da cidadania. Será capaz de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, atuando em diferentes modalidades e níveis de ensino, incluída a educação profissional, reconhecendo suas especificidades.

Ao final do Programa, o egresso deverá ser capaz de:

- exercer a profissão de professor de acordo com os princípios pedagógicos;
- compreender as necessidades estruturais que relacionam, via legislação, o domínio do saber pedagógico com o exercício da profissão docente;
- articular os conteúdos de um componente curricular, sua organização, avaliação e integração com outros componentes curriculares;
- compreender e utilizar os métodos adequados às diferentes situações do ensino-aprendizagem na educação profissional;
- enfrentar os problemas concretos do cotidiano escolar do ensino profissional com base em diferentes perspectivas teóricas;
- empregar de forma adequada os recursos tecnológicos no processo educacional;
- reconhecer as idiosincrasias do processo educacional, sobretudo as diferenças inerentes ao público discente visado pelos Institutos Federais.

## 6. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O curso de Formação de Professores para a Educação Profissional – Complementação Pedagógica – do IFB, conforme estabelecido em seu objetivo geral, pretende oferecer aos educadores do IFB e à comunidade uma formação para disseminar com maior eficácia os conhecimentos relacionados e integrados aos conteúdos ministrados em prol de uma educação humanizadora e significativa, ampliando a oferta de profissionais assim capacitados para suprir a falta nas escolas de professores habilitados, em determinadas disciplinas e localidades, em caráter especial. Portanto, o egresso irá atuar profissionalmente na educação técnica de nível médio em instituições de educação profissional.

## 7. CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

Para Imbernóm (2011), a profissão docente deve abandonar a concepção predominante de mera transmissão de conhecimento acadêmico predominante no século XIX. Conforme afirma o autor, a “instituição educativa deve superar os enfoques tecnológicos, funcionalistas e burocratizantes” (2011, p. 8) para aproximar-se de seu caráter mais relacional, mais dialógico, mais cultural, mais contextual e comunitário.

Nessa perspectiva, Imbernóm assevera que

em uma sociedade democrática é fundamental formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente precisa partilhar o conhecimento com o contexto. (2011, p. 19)

Rios (*apud* Zamborlini, 2007, p. 2) indica algumas demandas que configuram as atitudes que os docentes devem ter nos dias de hoje:

- a superação da fragmentação: a necessidade de um diálogo dos saberes que se encontram na ação docente, a revisão de conteúdos, métodos, processos avaliativos, apoiada em fundamentos consistentes;

- a superação da massificação decorrente da globalização; a necessidade de uma percepção clara das diferenças e especificidades dos saberes e práticas para um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- a superação de um embate entre a razão instrumental e o irracionalismo: a necessidade da descoberta e valorização da sensibilidade, a articulação de todas as capacidades dos indivíduos.

Nesse sentido, partiu-se do princípio de que a formação docente proposta neste projeto deve considerar o modelo alternativo de formação de professores denominado modelo da racionalidade prática (PEREIRA, 1999). Nele, professor e prática são vistos de forma diferenciada: o professor é considerado um profissional autônomo, que reflete, toma decisões e cria durante sua ação pedagógica; e a prática é um espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados, e não meramente o lócus de aplicação de conhecimentos científicos e pedagógicos (PEREIRA, 1999).

A proposta curricular aqui elaborada entende a prática como eixo da preparação docente. Sendo assim, o contato com a prática docente deve estar presente desde início do curso de formação, pois é dessa realidade que serão originados problemas e questões que serão levados para discussão nos componentes curriculares (PEREIRA, 1999).

Destaca-se que a teoria não foi minimizada, pois se reconhece a necessidade do embasamento teórico na formação de professores. A prática pedagógica requer conhecimentos teóricos, que ganham novos significados diante da realidade escolar (PEREIRA, 1999).

Tomando como base esse referencial, definiram-se os princípios pedagógicos do curso, que estão fundamentados no desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa.

O curso está organizado em três etapas. Inicia-se com a contextualização do estudante-docente<sup>4</sup> no contexto educacional. Nessa fase inicial (primeira etapa), os educandos farão, como atividade acadêmica, seus memoriais descritivos, por meio dos quais será vislumbrado o percurso desses profissionais da docência. Esse processo tem a expectativa de que, ao traçar historicamente o seu próprio percurso acadêmico, o estudante possa reconhecer em suas práticas profissionais docentes as marcas de suas

---

<sup>4</sup> A partir de agora, a denominação estudante-docente será utilizada para referir-se aos professores que farão o curso. A escolha dessa denominação foi motivada pelo fato de que ela permite que se reconheça que o estudante desse curso traz em sua bagagem a experiência de já estar atuando na docência, o que deverá sempre ser considerado; esse, inclusive, é o ponto de partida no início do curso.

experiências pretéritas, seja como aluno, seja como docente. Ao se reconhecer nesse percurso, espera-se que o estudante possa exercitar o pensamento crítico sobre suas práticas, agora historicizadas. Com isso não se propõe que as práticas desses estudantes-docentes mereçam ou devam ser criticadas, mas sim que o exercício crítico deve ser constitutivo da profissão docente e que a crítica, antes de ser exercitada sobre o mundo circundante, como sobre o seu aluno, deve partir do próprio sujeito que pensa o mundo e suas relações. Isso possibilitará um diagnóstico da realidade desses professores.

Em seguida (segunda etapa), há o aprofundamento teórico-conceitual dos fundamentos da educação, que subsidiará a reflexão acerca das práticas de ensino (terceira etapa). Ao longo dessas etapas, os estudantes-docentes elaborarão um projeto de intervenção em sua prática pedagógica. Se conscientes das transformações possibilitadas pela teoria em sua própria atuação profissional, a prática pedagógica destes professores terá melhores condições de, por sua vez, interferir na vida de seus alunos. A organização do curso conta com atividades práticas desenvolvidas desde a primeira etapa. No item 9, “Organização Curricular”, poderão ser reconhecidos a concepção e os princípios pedagógicos desta formação de professores.

## 7.1 Fundamentos Legais

A elaboração deste projeto considerou primordialmente os seguintes fundamentos legais: Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); Resolução CNE/CP 1/2002; Resolução CNE/CEB 2/97; e Lei 11.892/2008 (Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Em relação à LDB, deve-se destacar especialmente o parágrafo único do art. 61 (Título VI: Dos profissionais da educação). Esse artigo dispõe os fundamentos necessários à formação dos profissionais da educação, quais sejam:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; [\(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

A Resolução CNE/CP 1/2002 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Nessa Resolução, encontra-se um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino.

Já a Resolução CNE/CEB 2/97 dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio. A estruturação curricular deste plano obedece ao disposto nessa Resolução.

## 8. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 8.1 Princípios norteadores da Organização Curricular

O plano de curso para a complementação pedagógica de professores, denominado Programa de Formação Docente para Atuação na Educação Profissional, começou a ser estruturado a partir de reflexões acerca das competências necessárias para atuação docente na referida modalidade de educação. As competências definidas foram as seguintes:

1. Caracterizar a relação de ensino-aprendizagem (amplo).
2. Analisar os contextos histórico, político, cultural e psicológico.
3. Compreender a inserção social da escola e da interdisciplinaridade inerente.
4. Ter sensibilidade para transformações comportamentais.

5. Compreender a formação visando ao ingresso no mundo do trabalho.
6. Compreender os fundamentos antropológicos, filosóficos, estruturais e legislativos da educação (EPT).
7. Compreender os fundamentos epistemológicos, didáticos e metodológicos.

Cabe destacar que, embora se reconheça que há muitas críticas em relação à noção de competência, que, segundo alguns, restringe-se a uma lista de “saber-fazer”, deixando em segundo plano o conhecimento teórico necessário e imprescindível para uma leitura mais ampla da realidade social, neste projeto pedagógico, parte-se de outra noção de competência.

Considera-se a relevância dos saberes formalizados, indo ao encontro do que asseveram Dolz e Ollagnier (MAUÉS; WONDJE & GAUTHIER, s/d), para os quais a lógica da competência “possui o mérito de lembrar que a assimilação dos saberes formalizados não é suficiente para pressupor ações eficazes” (1999, p. 10). Nesse sentido, conforme os autores, a noção de competência permite que passemos de uma aprendizagem centrada nas matérias, cuja ênfase é colocada nos saberes e na transmissão, para uma pedagogia baseada nas competências em ação.

Tendo como base o desenvolvimento dessas competências nessa perspectiva e considerando outras experiências bem-sucedidas no que diz respeito à oferta de complementação pedagógica, decidiu-se organizar um curso de forma que ele seja estruturado em etapas temáticas. A proposta é de que o curso conte com três etapas, cada uma com enfoque temático predominante. Há também de se destacar que, nessa organização curricular, foi respeitado o que está disposto no art. 3º da Resolução CNE/CEB nº 2/97, segundo o qual os programas de formação docente deverão respeitar uma organização curricular articulada em núcleos, com o objetivo de assegurar um tratamento amplo e incentivar a integração de conhecimentos e habilidades necessários à formação de professores. Consoante essa Resolução (art. 3º), os núcleos que devem ser considerados na organização curricular da formação docente são os seguintes:

- a) NÚCLEO CONTEXTUAL, visando à compreensão do processo de ensino-aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes,

quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.

b) NÚCLEO ESTRUTURAL, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.

c) NÚCLEO INTEGRADOR, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

Dessa forma, em cada etapa temática, há componentes que pertencem a cada um dos núcleos acima descritos. As etapas foram assim definidas:

1ª etapa: Contextualização do aluno-docente no contexto educacional

2ª etapa: Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

3ª etapa: Práticas de ensino

Deve-se ressaltar que em todas as etapas haverá atividades práticas voltadas à docência. Optou-se por desenvolver essas atividades nos componentes pertencentes ao núcleo integrador. A seguir encontra-se um quadro esquemático (Quadro 3) que descreve a organização do curso nas três etapas, sendo que em cada uma delas há componentes pertencentes a cada um dos três núcleos (contextual, estrutural e integrador). Observa-se que o peso do núcleo contextual está presente nas duas primeiras etapas apenas. Ao longo do curso, gradativamente, o núcleo integrador, voltado às atividades práticas, vai ganhando mais peso.

As etapas foram assim organizadas tomando-se como base os princípios pedagógicos apresentados no item 7 deste Projeto. Elegeu-se a contextualização do estudante-docente no contexto educacional como primeira etapa porque o professor é considerado um profissional autônomo, que reflete, toma decisões e cria durante sua ação pedagógica. Por isso, parte-se dele, de suas experiências.

Como os conhecimentos teóricos são também considerados relevantes na formação pedagógica, tanto na primeira etapa (contextualização do estudante-docente no contexto educacional) quanto na segunda (Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem), há ênfase nos núcleos contextual e estrutural, levando-se sempre em conta que a prática não deve ser apenas o lócus de conhecimentos científicos e pedagógicos, e sim espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados.

Por isso, o contato com a prática docente está presente desde o início – e não apenas na terceira etapa, intitulada “Práticas de Ensino” –, pois é dessa realidade que serão originados problemas e questões que alimentarão o curso.

Cabe destacar que, para a execução deste Projeto, considera-se essencial proporcionar aos estudantes-professores um diálogo dos saberes que se encontram na ação docente. Para que isso ocorra e para que de fato esta proposta possa ser efetivada tomando como base o princípio de articulação entre os núcleos e os saberes, é necessário que o corpo docente que atuará no curso realize o planejamento das aulas coletivamente, devendo-se destinar uma hora para o planejamento coletivo por semana, com o dia e o horário a serem definidos a cada período letivo.

A seguir encontra-se um quadro-síntese que apresenta a organização curricular do curso.

Quadro 3 – Quadro-síntese da organização curricular

Etapas	Eixos	Componentes Curriculares
<p style="text-align: center;">ETAPA 1</p> <p style="text-align: center;">Contextualização do aluno/docente no contexto educacional</p>	<p style="text-align: center;">Contextual</p> <p style="text-align: center;">Estrutural</p> <p style="text-align: center;">Integrador</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tópicos da história da educação 1 (abordagem geral)</li> <li>• Tópicos da história da educação 2 (História da educação profissional no Brasil)</li> <li>• A rede federal de educação profissional</li> <li>• Trabalho e educação</li> <li>• Estrutura e legislação da educação profissional</li> <li>• Habilidades e competências para a docência na educação profissional.</li> </ul>
<p style="text-align: center;">ETAPA 2</p> <p style="text-align: center;">Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem.</p>	<p style="text-align: center;">Contextual</p> <p style="text-align: center;">Estrutural</p> <p style="text-align: center;">Integrador</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundamentos da psicologia aplicada à educação.</li> <li>• Fundamentos da sociologia aplicada à educação.</li> <li>• Fundamentos da antropologia aplicada à educação.</li> <li>• Fundamentos da filosofia aplicada à educação.</li> <li>• Organização didático-pedagógica</li> <li>• Avaliação da aprendizagem</li> <li>• Interação professor-aluno</li> <li>• Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.</li> </ul>



Somando-se à síntese da organização curricular apresentada no Quadro 3, há, no Quadro 4, a descrição das atividades práticas que serão desenvolvidas no núcleo integrador em cada etapa.

Quadro 4 – Atividades práticas (núcleo integrador)<sup>5</sup>

NÚCLEO INTEGRADOR	PARTE PRÁTICA (concomitante com as etapas)
<i>ETAPA I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALUNO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL</i>	<i>ETAPA I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALUNO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL</i>
Habilidades e Competências para a Educação Profissional	Elaboração do memorial descritivo
<i>ETAPA II: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</i>	<i>ETAPA II: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</i>
Interação professor-aluno	Estágio de observação envolvendo interação em sala de aula e tomando como base os fundamentos do processo de ensino-aprendizagem.
Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.	Seminários: preparação e desenvolvimento de aulas
<i>ETAPA III: PRÁTICAS DE ENSINO</i>	<i>ETAPA III: PRÁTICAS DE ENSINO</i>
Didática: conceitos e aplicação nas áreas (do conceito à sala de aula)	Observação, Regência, Seminários e Relatório
Elaboração de material didático	Oficinas de elaboração de material didático por área
Pesquisa em Educação (TCC)	Orientação para elaboração do TCC (Projeto de Intervenção) Elaboração do TCC

Fonte: elaboração própria

A parte prática da **Etapa I**, elaboração do **Memorial Descritivo**, subsidiará, posteriormente, a elaboração do TCC, que será um projeto de intervenção, conforme anexo II. O estudante-docente deverá elaborar um memorial descritivo que contemple desde a fase de estudante até a sua formação do professor, devendo culminar no exercício da prática docente em sala de aula.

O **Trabalho de Conclusão de Curso** (TCC) deverá ser a consolidação das transformações ao longo do percurso. Essa consolidação deverá ser refletida em um projeto de reflexão sobre a prática pedagógica que apresente mudanças no fazer docente. A reflexão terá início desde a primeira etapa do curso, quando ocorrerá a elaboração do memorial descritivo (de onde, supõem-se, devem emergir questões/problemas de pesquisa capazes de sustentar o início do TCC).

<sup>5</sup> As cores serão utilizadas para identificar os componentes em cada etapa: etapa I, azul; etapa II, vermelho; etapa III, verde.

O componente **Pesquisa em Educação** servirá como suporte para o desenvolvimento do Projeto de TCC, devendo ser desenvolvida concomitantemente à didática e elaboração do material didático

Já a proposta de prática para a **Etapa II** envolve dois momentos. No primeiro, os estudantes farão **estágio de observação** (anexo III), tomando como base os fundamentos do processo de ensino-aprendizagem. O foco dessa observação será a interação professor-aluno. O segundo momento será destinado a seminários de preparação e desenvolvimento de aulas. Nesses seminários, os estudantes-docentes apresentarão aulas considerando o embasamento dado nas aulas de fundamentos. A avaliação dos fundamentos ocorrerá nesses seminários. A avaliação do núcleo estrutural também deverá ocorrer nesses seminários.

As práticas da **Etapa III** estão relacionadas à atividade de docência supervisionada (anexo III), à elaboração de material didático e à elaboração do trabalho de conclusão de curso.

No Quadro 5, encontra-se uma descrição das atividades práticas.

Quadro 5 – Descrição das atividades práticas

**PARTE PRÁTICA (concomitante com as etapas)**

*ETAPA I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALUNO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL*

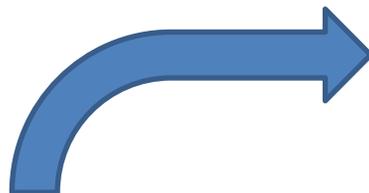
Elaboração do memorial descritivo	20h	Para a elaboração do memorial descritivo, os estudantes-professores deverão ter como base as reflexões propostas no núcleo integrador da etapa I (Habilidades e Competências para a Educação Profissional). Dentro das 20h de elaboração do memorial descritivo, há também a previsão de orientação para essa atividade.
<i>ETAPA II: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</i>		
Estágio de observação envolvendo interação em sala de aula	30h	Nessa prática, o professor-aluno será primeiramente orientado quanto à observação que deverá ser feita envolvendo interação em sala de aula (10h). Posteriormente, ocorrerá a observação (10h). Por fim, os professores-alunos participarão de seminários com o objetivo de discutir os dados obtidos na observação (10h).
Seminários: preparação e desenvolvimento de aulas	80h	Essa prática consistirá de seminários de preparação e desenvolvimento de aulas. Nesses seminários, os estudantes-docentes prepararão aulas com base nos fundamentos desenvolvidos no núcleo contextual da etapa 2. Serão dedicadas 10h para que os alunos sejam orientados em relação à elaboração das aulas. Em seguida, haverá 20h para a preparação dessas aulas sob orientação. Após essa etapa de preparação (30h), os alunos apresentarão suas aulas em seminários para o grupo de colegas. As apresentações serão acompanhadas pelos professores dos núcleos contextual, estrutural e integrador da etapa 2. Serão dedicadas 40h para as apresentações. Ao final, ocorrerá a avaliação das aulas apresentadas (10h). Os fundamentos desenvolvidos no núcleo contextual serão avaliados nesses seminários, bem como a organização didático-pedagógica, desenvolvida no núcleo estrutural da etapa 2.
<i>ETAPA III: PRÁTICAS DE ENSINO</i>		
Observação, Seminários e Regência	80h	Essa parte da prática envolverá observação e regência. Primeiramente, serão dedicadas 10h para a observação de aulas. Deverão ser observadas aulas na área específica e também aulas de componentes do núcleo comum. Com base nessa observação, serão feitos seminários para discutir o resultado dessas observações (20h).  A segunda etapa será a regência. Serão 10h de regência seguidas de seminários com profissionais das áreas específicas e da área pedagógica, que acompanharão o resultado da regência e, com base nele, desenvolverão, juntamente com os estudantes-docentes, seminários para discutir a didática específica para cada área (ver anexo III para maiores detalhes).
Oficinas de elaboração de material didático por área	40h	Nessa etapa, os professores deverão ser separados por área. Serão ofertadas oficinas de elaboração de material didático de acordo com cada área. Serão destinadas 30h para essas oficinas. As 10h horas finais serão dedicadas às apresentações dos materiais desenvolvidos.
Orientação para elaboração do TCC Elaboração do TCC	20h 40h	Nessa prática, serão destinadas 20h para a orientação do TCC. Essa orientação deverá estar coerente com o que estiver sendo desenvolvido em didática e na elaboração do material didático. As outras 40h serão destinadas à elaboração do projeto de reflexão, que proporrá mudanças na prática pedagógica do docente (ver anexo II para maiores detalhes).

## 8.2 Estrutura Curricular

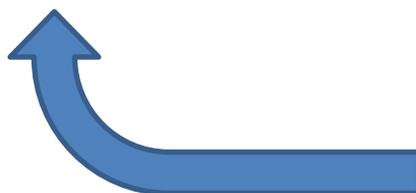
### 8.2.1 Núcleos de formação que estruturam o curso (especificidade da carga horária)

O curso está estruturado em três núcleos de formação, denominados “etapas”. O primeiro deles visa a contextualizar o aluno no contexto educacional; o segundo aprofunda princípios teórico-metodológicos dos fundamentos da educação; e o terceiro está voltado para a reflexão acerca das práticas de ensino. A seguir, no fluxograma do curso, encontra-se a descrição de cada uma das etapas com a respectiva carga horária.

8.3 Fluxograma



<b>ÚCLEO CONTEXTUAL</b>	
<i>ETAPA I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALUNO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL</i>	
Tópicos da História da Educação I e II	40h
A Rede Federal de Educação Profissional	20h
Trabalho e Educação	20h
<i>ETAPA II: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</i>	
Fundamentos da psicologia aplicada à educação.	40h
Fundamentos da sociologia aplicada à educação.	20h
Fundamentos da antropologia aplicada à educação.	40h
Fundamentos da filosofia aplicada à educação.	20h
<b>TOTAL</b>	<b>200h</b>



<b>NÚCLEO ESTRUTURAL</b>	
<i>ETAPA I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALUNO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL</i>	
Estrutura e Legislação da Educação Profissional	30h
<i>ETAPA II: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</i>	
Organização Didático-Pedagógica	60h
Avaliação da Aprendizagem	40h
<i>ETAPA III: PRÁTICAS DE ENSINO</i>	
Letramento e Educação	10h
Educação inclusiva	20h
Tecnologia aplicada à educação	20h
<b>TOTAL</b>	<b>170h</b>



<b>NÚCLEO INTEGRADOR</b>	
<i>ETAPA I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ALUNO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL</i>	
Habilidades e Competências para a Educação Profissional	20h
<i>ETAPA II: FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</i>	
Interação professor-aluno	10h
Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.	20h
<i>ETAPA III: PRÁTICAS DE ENSINO</i>	
Didática: conceitos e aplicação nas áreas (do conceito à sala de aula)	20h
Elaboração de material didático	40h
Pesquisa em Educação (TCC)	20h
<b>TOTAL</b>	<b>130h</b>

#### 8.4 Sistema acadêmico, duração e número de vagas

As matrículas serão semestrais, e o curso organizado em etapas ou módulos.

O curso terá duração de 1 ano e meio, e seu prazo máximo de integralização é de 3 anos.

Serão oferecidas 30 vagas por turma.

#### 8.5 Matriz curricular

A seguir será apresentada a matriz curricular, com os componentes curriculares e as atividades práticas a serem desenvolvidos em cada etapa.

	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Parte Prática</b>	<b>Carga Horária</b>
ETAPA 1  Contextualização do aluno/docente no contexto educacional	Tópicos da História da Educação I e II	40h	Elaboração do memorial descritivo	20h
	A Rede Federal de Educação Profissional	20h		
	Trabalho e Educação	20h		
	Estrutura e Legislação da Educação Profissional	30h		
	Habilidades e Competências para a Educação Profissional	20h		
	<b>TOTAL</b>	130h		20h
<b>Carga Horária Total da Etapa 1</b>	<b>150h</b>			

	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Parte Prática</b>	<b>Carga Horária</b>
ETAPA 2  Fundamentos do processo de	Fundamentos da psicologia aplicada à educação.	40h	Interação professor-aluno	30h
	Fundamentos da sociologia aplicada à educação.	20h		
	Fundamentos da antropologia aplicada à educação.	40h		

ensino-aprendizagem.	Fundamentos da filosofia aplicada à educação.	20h		
	Organização Didático-Pedagógica	60h	Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula	80h
	Avaliação da Aprendizagem	40h		
	Interação professor-aluno	10h		
	Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.	20h		
<b>TOTAL</b>	250h			
<b>Carga Horária Total da Etapa 2</b>	<b>360h</b>			
ETAPA 3  Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise).	<b>Componentes Curriculares</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Parte Prática</b>	<b>Carga Horária</b>
	Letramento e Educação	10h	Observação, Seminários e Regência (Estágio)	80h
	Libras	20h		
	Tecnologia aplicada à educação	20h		
	Didática: conceitos e aplicação nas áreas (do conceito à sala de aula)	20h		
	Elaboração de material didático	40h		
	Pesquisa em Educação (TCC)	20h	Oficinas de elaboração de material didático por área	40h
			Orientação para elaboração do TCC Elaboração do TCC	20h (orientação) + 40h (elaboração)
<b>TOTAL</b>	130h		180h	
<b>Carga Horária Total da Etapa 3</b>	<b>300h</b>			

<b>QUADRO-SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>				
	<b>Etapa 1</b>	<b>Etapa 2</b>	<b>Etapa 3</b>	<b>Total</b>
Componentes Curriculares	130h	250h	130h	<b>510h</b> (componentes curriculares)
Parte Prática	20h	110h	180h	<b>310h</b> (parte prática)

Carga Horária Total (hora relógio)	683,33h
Carga Horária Total (hora aula de 50min)	820h
Prazo de integralização*	1 ano e meio (prazo máximo de integralização: 3 anos)

\* Os dias e os horários em que o curso será ofertado dependerão dos ajustes institucionais, mas serão 12h por semana, o que permitirá que o curso seja realizado em um ano e seis meses. Destaca-se que todos os horários e os dias da semana que ocorrerão o curso serão definidos no edital de seleção.

## 9. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será processual e contínua e deverá levar em consideração o interesse, a participação e o envolvimento do estudante-docente nas atividades propostas no curso e na construção do projeto de intervenção pedagógica.

Os diferentes instrumentos de avaliação deverão levar os estudantes ao hábito da pesquisa, da reflexão, da criatividade e da aplicação dos conhecimentos nas variadas situações presentes no contexto escolar (conforme consta na Resolução 28/2012 CS-IFB, que regulamenta os procedimentos administrativos e a organização didático-pedagógica dos cursos de graduação do IFB). A avaliação terá como diretriz o uso de projetos, estudos de caso, painéis integrados, fichas de observação, pesquisa, práticas profissionais, relatórios como instrumentos avaliativos a serem utilizados

Para aprovação no curso o estudante-docente deverá obter a menção 6,0 e frequência igual ou superior a 75%.

O estudante-docente fará jus ao regime de dependência quando não atingir a pontuação mínima de 6,0 pontos, conforme Resolução 28/2012. As dependências, por disciplina, serão realizados por meio da EAD. As disciplinas serão elaboradas e ministradas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – MOODLE.

Para o Trabalho de Conclusão de Curso somente os alunos aprovados na “Qualificação do Projeto” (caso haja na matriz curricular do curso “Projeto de Pesquisa), ou por encaminhamento do professor supervisor, no curricular “TCC”, poderão ter os seus trabalhos avaliados por Banca Examinadora, conforme os critérios disposto no Manual da Graduação do IFB. Àqueles estudantes que por ventura tenham seus trabalhos reprovados poderão reapresenta-los em semestre posterior.

O Estágio Supervisionado, componente obrigatório para a conclusão do curso, seguirá a Resolução 010/2012 de IFB e as orientações que constam no Anexo desse documento..

## 10. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

O *campus* Samambaia, localizado no Subcentro Leste, Complexo Boca da Mata, Lote 01, conta com as instalações dispostas no Quadro 6.

Quadro 6 - Instalações

### Relação analítica de espaços

Tipologia	Área em m <sup>2</sup>
<b>1. Bloco administrativo/serviço</b>	
<b>1.1 Pavimento Inferior</b>	
<b>1.1.1 Área para terceirizados</b>	<b>218,6</b>
Área de vivência	53,0
Copa	4,5
Depósito material de limpeza	1,9
Circulação	20,0
Vestiário masculino	38,6
Vestiário feminino	38,8
Almoxarifado	61,78
<b>1.1.2 Área Professores e Coordenações</b>	<b>335,4</b>
Salas de coordenação de cursos	49,2

Apoio administrativo às coordenações	25
Coordenação de curso superior	25
Coordenação pedagógica	25
Coordenação geral de ensino	25
Circulação	18,7
Sala de reuniões	25
Sala de estudos individuais	25
Reprografia e recursos didáticos	24,7
Vivência professores	72,6
Copa	4,8
Sanitário Feminino	7,7
Sanitário Masculino	7,7
<b>1.1.3 Registro Acadêmico e afins</b>	<b>101,56</b>
Protocolo	14,7
Atendimento	12,45
Extensão/estágio	33,9
Reprografia	27,41
Arquivo	13,1
<b>1.1.4 Apoio ao estudante</b>	<b>58,9</b>
Atendimento individual	22,3
NAPNE	15,6
Assistência estudantil	21
<b>1.1.5 Brinquedoteca</b>	<b>117,8</b>
Brinquedoteca	58,7
Sala de informática	14,9
Copa	9,1
Depósito de material de limpeza	2,7
Sala de descanso	14,8
Fraldário	9,2
Circulação	5,9
WC	2,5
<b>1.1.6 Telecentro</b>	<b>68,35</b>
<b>1.1.7 Circulação Geral</b>	<b>53,32</b>
<b>1.1.8 Sanitário Masculino</b>	<b>13,3</b>
<b>1.1.9 Sanitário Feminino</b>	<b>13,3</b>
<b>1.1.10 Depósito de material de limpeza</b>	<b>3,6</b>
<b>1.2 Pavimentos Superior</b>	
<b>1.2.1. Áreas administrativas</b>	<b>516,68</b>
Sala da Direção Geral	24,8
Sala de Direção de Ensino Pesquisa e Extensão	22,0
Sala de reuniões 01	15,5
Banheiros da direção	3,4
Copa da direção	3,7
Recepção da Direção	18,2
Sala da Direção Administrativa	28,5

Sala de reuniões 2	22,5
Sala da Chefia de gabinete	15,8
Copa e convivência dos funcionários	30,2
Coordenação Geral de Pesquisa	22,4
Coordenação Geral de Extensão	22,4
Coordenação Geral de Produção	15,5
Manutenção de Serviços Gerais	22,5
Suporte e Manutenção de TI	44,9
Gestão de Pessoas e Planejamento	45,0
Auditoria e Comunicação Social	37,3
Depósito de material de Limpeza	3,6
Recepção Administrativo	40,3
Circulação	78,18
<b>1.2.2. Circulação Geral do Pavimento</b>	<b>50,36</b>
<b>1.2.3. Biblioteca</b>	<b>564,6</b>
Acervo e pesquisa geral	428,2
Baias de pesquisa individual - 36 unidades	0 (incluído no item anterior)
Gabinetes de estudo em grupo	11,1
Leitura Individual	41,5
Direção Biblioteca	6,6
Sala para bibliotecários	23,1
Sala de Restauro	26,8
Copa	6,5
Banheiros administrativos	5,4
Sanitário masculino	7,7
Sanitário feminino	7,7
<b>2. Bloco 2 de salas de aula</b>	
<b>2.1 Pavimento Inferior</b>	
Salas de aula ( 4 unid. De 52,2 m <sup>2</sup> )	208,8
Laboratório de informática I	52,2
Laboratório de informática II	52,2
Laboratório de informática III - comp. Graf.	66
Apoio Lab.c. graf	19,4
Lab Inst. Hidráulicas	66
Apoio Lab. Inst. Hidráulicas	19,6
Lab Mecânica dos solos	148,1
Sala de ensaios mecânicos	19,8
Câmara úmida	9,1
Lab. Materiais de construção	86,4
Sala prensa	19,8
Canteiro de obras	67
Câmara úmida	9,1
Depósito de material de limpeza	1,9
Circulação geral	201,8

Sanitário Masculino	21,4
Sanitário Feminino	21,4
<b>2.2 Pavimento Superior</b>	
Salas de aula ( 6 unid. De 52,2 m <sup>2</sup> )	313,2
Sala de desenho	66
Apoio da sala de desenho	19,8
Laboratório de análises químicas	93,21
Apoio lab. Análises físico-químicas	19,8
Apoio	16,29
Sala quente	25,34
Laboratório de análises microbiológicas	107,6
Sala multimídia	176,94
Depósito de material de limpeza	1,9
Circulação geral	127,9
Sanitário Masculino	21,4
Sanitário Feminino	21,4

## 10.1 Ambientes detalhados

Quadro 7 – Ambientes detalhados

### Dimensão - Infraestrutura

Ordem	Tipologia	Descrição dos espaços	Equipamentos disponíveis
1	Sala de Professores	O espaço total dedicado aos professores soma 172,06m <sup>2</sup> , incluindo os seguintes espaços: vivência dos professores; sala de estudos; sala de reuniões; banheiros; copa.	03 estações com processadores, monitor, mouse e teclado.
2	Sala de Reuniões	Além da sala de reuniões (25,00m <sup>2</sup> ) que integra a área da sala de professores, estão disponibilizadas mais duas salas de reunião na ala administrativa (15,5m <sup>2</sup> e 22,5m <sup>2</sup> ).	Mesa ampla e cadeiras giratórias conforme a capacidade da sala.

3	Gabinetes de trabalho para professores	Sala de coordenação de curso de ensino superior - 25,00m <sup>2</sup> . Os demais espaços para professores são compartilhados com os demais cursos do <i>campus</i> .	
4	Salas de Aula	No edifício acadêmico são disponibilizadas 10 salas de aula de 52,20m <sup>2</sup> com capacidade para 42 alunos	42 carteiras acadêmicas, mesa de professor, cadeira giratória de professor, tela retrátil, projetor multimídia, cortinas tipo " <i>blackout</i> ", lixeira.
5	Acesso de alunos a equipamentos de TI	No edifício acadêmico são disponibilizadas 03 laboratórios de informática (2 labs de 52,2 e capacidade para 35 alunos; e 01 laboratório de computação gráfica com capacidade para 40 alunos). No edifício administrativo é disponibilizado laboratório de informática - Telecentro, com capacidade para 38 alunos. O Apoio de informática - gestão e suporte funciona no edifício administrativo (44,9m <sup>2</sup> ).	

## 11. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

### Relação de docentes que atuarão no curso

NOME DO DOCENTE	ÁREA	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Julie Kellen de Campos Borges	Letras	Doutora em Linguística	40h (DE)
Luiz Diogo de Vasconcelos Junior	Filosofia	Doutor em Filosofia	40h (DE)
Rosa Amélia Pereira da Silva	Letras	Mestra em Literatura	40h (DE)
Sinara Nunes Guedes	Educação Física	Especialista em Educação (Mestranda em Educação)	40h (DE)
Veruska Ribeiro Machado	Letras	Doutora em Educação	40h (DE)
Evilásio Guerra Carvalhedo	História	Especialista em Gestão	40h(DE)
Stela Martins Teles	Pedagogia	Mestre em Desenvolvimento Humano e Saúde	40h(DE)

### Relação dos técnicos-administrativos

NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO
ANNA PAULA ARANTES AQUINO	Auxiliar Administrativo
ANTONIA DANIELE R DO NASCIMENTO	Assistente Administrativo

CAMILA DE OLIVERIA CANDIDO	Bibliotecária
CECÍLIA MORENA MARIA DA SILVA	Bibliotecária
CLARISSA SZERVINSKS TAVARES	Técnica em Assuntos Educação
CRISTIANE GOMES E SILVA	Auxiliar Administrativo
DANILO GONÇALVES DA FONSECA	Assistente Administrativo
EDUARDO ANDRADE DOS SANTOS	Técnico em Eletromecânica
ELIANA DE ANDRADE ROCHA	Pedagoga
EMERSON DE SOUZA DE JESUS	Técnico em Laboratório
JEFFERSON ALVES DA SILVA	Técnico em Informática
JEFFERSON PEREIRA DA SILVA	Técnico em Contabilidade
LENITA PEREIRA DE SOUZA	Auxiliar de biblioteca
LEONARDO PIMENTA DIAS	Técnico em Informática
LIVIA COELHO NETTO	Administradora
LUANA RODRIGUES NOGUEIRA DE LIMA	Técnica em Assuntos Educação
LUCIANO ALVES TEIXEIRA	Auxiliar de biblioteca
LUIDSON SARAIVA SOUZA	Administrador
MAYARA COELHO MORAES	Assistente Administrativo
PATRICIA RODRIGUES AMORIM	Técnica em Assuntos Educação
RAQUEL DE SOUZA BARBOSA SILVA	Assistente Administrativo
RIVADÁVIA ALVES DE ANDRADE JÚNIOR	Assistente de Aluno
RUDIMAR MACHADO SOUSA JUNIOR	Assistente Administrativo
STEFANY CHRISTINE OTTO	Assistente de Aluno
SAMUEL GABRIEL ASSIS	Assistente Social
VALDEMIR DOS SANTOS LUZ	Assistente Administrativo
WALKER RODRIGUES FLEMING	Assistente Administrativo

## 12. DIPLOMAS

O concluinte do Programa receberá diploma equivalente à Licenciatura para a Educação Profissional - com habilitação na área da sua formação, conforme consta no Art. 10 da Resolução 2/97 do Conselho Nacional de Educação.

## 13. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

As etapas do curso se constituirão como *locus* de pesquisa sobre a formação docente para a educação profissional, havendo um corpo de pesquisadores que levantarão e analisarão os dados colhidos durante o período. Haverá também, após finalizar cada edição do curso, uma autoavaliação: avaliarão o curso os discentes, os docentes, o corpo técnico e a gestão. Esses instrumentos avaliativos serão conjugados aos apontamentos do MEC/Inep quando ocorrer o reconhecimento do curso. Dessa forma, poder-se-á promover uma revisão do projeto do curso com base tanto na autoavaliação, nas análises dos pesquisadores- quanto na avaliação externa.

## 14. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos far-se-á em consonância com a política institucional adotada pelo IFB em relação a esse assunto. O IFB já implantou e vem consolidando seus instrumentos de Avaliação Institucional. Espera-se que, a cada ano avaliado, os resultados do próprio curso, bem como seus efeitos na prática pedagógica, possam, também, indicar possíveis transformações na atuação profissional dos egressos, no que diz respeito ao público interno.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). Pesquisa Distrital por Mostra de Domicílios PDAD 2013 - Samambaia. Disponível em: [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br).

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. Disponível em: [www.ifb.edu.br](http://www.ifb.edu.br).

\_\_\_\_\_. Conselho Superior. Resolução nº 28/2012. Regulamenta os procedimentos administrativos e a organização pedagógica dos cursos de graduação do Instituto Federal de Brasília.

MAUÉS, O. C.; WONDJE, C.; GAUTHIER, C. Duas perspectivas diferentes em relação à abordagem por competências no ensino: os casos do Brasil e do Quebec. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br). Acesso em: 26 de agosto de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2/1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da educação básica, curso de licenciatura, de graduação plena.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Disponível em: <http://sistec.mec.gov.br>.

PEREIRA, Julio E. Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 20, n. 68, p. 109-125, dezembro/99.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. *Revista Nuances: estudo sobre educação, Presidente Prudente*, vol III, n. 3, p. 5-14, setembro/97.

SCHÖN, D.A. *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ZAMBORLINI, Maria das Graças. Desenvolvimento Profissional de Professores: um olhar sobre os professores da educação profissional de nível técnico do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFETES). *Revista Capixaba de Ciência e Tecnologia*. Vitória, n. 3, p. 20-25, 2º semestre/2007 (Edição especial – Ensino Profissionalizante)

## ANEXOS

## ANEXO I – EMENTÁRIO

<b>ETAPA 1 - Contextualização do aluno/docente no contexto educacional</b>	
<b>NÚCLEOS</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>
Contextual	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tópicos da história da educação I (abordagem geral)</li><li>• Tópicos da história da educação II (História da educação profissional no Brasil)</li><li>• A rede federal de educação profissional</li><li>• Trabalho e educação</li></ul>
Estrutural	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estrutura e legislação da educação profissional</li></ul>
Integrador	<ul style="list-style-type: none"><li>• Habilidades e competências para a docência na educação profissional</li></ul>



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Tópicos da História da Educação I (abordagem geral)

**Etapa:** Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 20h

### EMENTA

Introdução à História da Educação. Concepções e objetivos da História da Educação. A importância da História da Educação para compreensão da realidade educacional contemporânea. A história das ideias pedagógicas nos diferentes tempos históricos e suas implicações para a pedagogia hoje. As práticas educativas nas sociedades antigas, medievais, modernas e contemporâneas.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

GADOTTI, Moacir. *História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2004.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. *História da Educação*. 2a ed. São Paulo: Cortez, 1999.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas: Autores Associados, 1999.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da educação e da pedagogia*. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Nacional, 1999.

MANACORDA, Mário. *A História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1999.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Tópicos da História da Educação II (História da Educação Profissional no Brasil)

**Etapa:** Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 20h

### EMENTA

Formação histórica de políticas e modelos de educação profissional escolar. Contexto histórico, social e político da educação profissional no Brasil. Educação e Ensino Profissionalizante. Transformação da educação profissional no Brasil.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ARROYO, M. G. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. In: Gaudêncio Frigotto (org.) *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, (Coleção estudos culturais em educação).

CORDÃO, F. A. A Educação Profissional no Brasil. In: *Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual*. PUC/SP (org.), Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção educação contemporânea).

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. O Ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n.14, p.89-107, maio/ago. 2000 b.

\_\_\_\_\_. *O Ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Flacso, 2005.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

**Etapa:** Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 20h

#### EMENTA

Contexto atual da educação profissional no Brasil. Estrutura de funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Ações de incentivo governamental (programas e projetos). Educação a distância, Rede e-Tec. Metas da educação profissional no Plano Nacional de Educação (PNE).

#### BIBLIOGRAFIA

##### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.1, 30/12/2008.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, Jaqueline. *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo – Desafios, Tensões e Possibilidades*. Artmed. Porto Alegre, 2010.

##### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local*. 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

SCHIMIDT, Michele de Almeida. *Os institutos de educação, ciência e tecnologia: um estudo da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica*. 2010. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Trabalho e Educação

**Etapa:** Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 20h

### EMENTA

O trabalho como categoria transformadora do mundo. Conceituação de educação e trabalho em diferentes contextos sócio-históricos. A economia globalizada e as transformações no mundo do trabalho e da educação. As limitações da educação profissional vista como mero processo de formação para o trabalho. O mundo do trabalho como determinante dos sistemas educacionais. Formação de professores e construção crítica das relações trabalho-escola.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Orgs.) *A experiência do trabalho e a educação básica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, A. E. e BARBOSA, J. P. *Trabalho: história e tendências*. São Paulo: Ática, 1996.

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo. In: FERRETI, C.J. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIGOTSKY, L.S., LURIA, A.R. e LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. SP: Ed. Ícone, 1988. (12ª edição de 2001).

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. RJ: Forense Universitária, 2001.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FERRETTI, Celso João; SALLES, Fernando Casadei; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. Globalização, trabalho e formação humana: notas para a problematização da educação escolar. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art12\\_33esp.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33esp/art12_33esp.pdf)

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVERINO, Antônio J. Educação, Trabalho e Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9790.pdf>



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Estrutura e Legislação da Educação Profissional

**Etapa:** Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

**Núcleo:** Estrutural

**Carga Horária:** 30h

**EMENTA**

Estudo e interpretação de documentos normativos das legislações educacionais. Constituição Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96). Lei 11.892/2008 (criação dos Institutos). Legislação que altera a educação básica nas últimas décadas. Legislação sobre estágio. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8 de

**BIBLIOGRAFIA**

**REFERÊNCIAS BÁSICAS:**

BRASIL. Lei nº 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto 5840/2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei 11892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

BRASIL. Lei 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei 10861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e dá outras providências

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 3/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 6/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Habilidades e competências para a docência na educação profissional

**Etapa:** Contextualização do aluno/docente no contexto educacional

**Núcleo:** Integrador

**Carga Horária:** 20h

#### EMENTA

Competências a serem construídas na formação da educação básica (Parecer CNE/CP nº 9/2001). Competência técnica, pedagógica, atitudinal. Construção do histórico profissional do docente/memorial descritivo.

#### BIBLIOGRAFIA

##### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/PC nº 9/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

PERRENOUD, Philippe. et al. *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

##### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

**ETAPA 2 - Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem.**

<b>NÚCLEOS</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>
Contextual	<ul style="list-style-type: none"><li>•Fundamentos da psicologia aplicada à educação.</li><li>•Fundamentos da sociologia aplicada à educação.</li><li>•Fundamentos da antropologia aplicada à educação.</li><li>•Fundamentos da filosofia aplicada à educação.</li></ul>
Estrutural	<ul style="list-style-type: none"><li>•Organização didático-pedagógica (currículo, didática/metodologia de ensino, planejamento, interdisciplinaridade)</li><li>•Avaliação da aprendizagem</li></ul>
Integrador	<ul style="list-style-type: none"><li>•Interação professor-aluno (aplicação dos fundamentos)</li><li>• Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.</li></ul>



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Fundamentos da Psicologia aplicados à Educação

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 40h

### EMENTA

Conceitos de psicologia da educação. As escolas psicológicas. Teorias da aprendizagem.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

PILETTI, N. *Aprendizagem: teoria e prática*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_.; ROSSATO, S. M. *Psicologia da Aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

COLL SALVADOR, César *et. al.* *Psicologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LA ROSA, Jorge. *Psicologia e Educação: O significado do aprender*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gis (orgs). *Leituras de Psicologia para formação de professores*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZILLES, Urbano. *Teoria do Conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Fundamentos da Sociologia aplicada à Educação

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 20h

#### EMENTA

Os fundamentos da Sociologia da Educação. A educação como fato social. Educação: transformação e reprodução das estruturas sociais. A função social do educador.

#### BIBLIOGRAFIA

##### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. *Introdução à Sociologia da Educação*. São Paulo: Editora Ática, 2005. Série Educação, 3ª ed.

TURA, M. L. R. (org.). *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

YOUNG, Michael. A propósito de uma sociologia crítica de educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 67, n.157, set/dez, 1986, p. 532-537.

##### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. M. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório*. São Paulo, Cortez Editora, 2003, 14ª ed.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Fundamentos da Antropologia aplicados à Educação

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 40h

### EMENTA

Identidade social e cultural. Educação e contextos culturais. Antropologia urbana e educação. Etnocentrismo e relativismo cultural. O trabalho de campo e a compreensão dos dados. A sala de aula como campo de trabalho antropológico (etnografia). Diversidade cultural e escola: cultura na escola e cultura da escola. Cultura escola e currículo. Desafios contemporâneos: Multiculturalismo e interdisciplinaridade. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÉREZ GOMES, A I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SANTOS, Rafael. *Multiculturalismo as mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DAMATTA, Roberto. «Você tem cultura?» In: *Explorações: ensaios de sociologia interpretativa*, Rio de Janeiro: Rocco, 1986, pp. 121-128.

OLIVEN, Ruben. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.





**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Fundamentos da Filosofia aplicados à Educação

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Contextual

**Carga Horária:** 20h

### EMENTA

Educação e Filosofia. Epistemologia e aprendizagem. Práxis pedagógica. Filosofia e crítica da sociedade. A construção da verdade.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. RJ, Forense Universitária, 2001.

LUCKESI, C. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

SAVIANI, D. *Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez, 1983.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARANHA, M.L.A. *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna, 2001.

CHAUI, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1998.

SEVERINO, A. J. *Filosofia da educação: construindo a cidadania*. São Paulo: FTD, 1994.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Organização didático-pedagógica

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Estrutural

**Carga Horária:** 60h

### EMENTA

Conceitos de: Educação, Pedagogia, Didática, Ensino, Instrução, Interdisciplinaridade, Construtivismo, Processo de Ensino, Planejamento e Avaliação; Tendências pedagógicas na prática do ensino; Diferentes etapas do processo de ensino; A práxis pedagógica e suas especificidades; A relação professor aluno e seus diferentes aspectos.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CANDAU, Vera Maria. *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. *Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FREITAS, L. C. *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática*. Campinas: Papyrus, 1995 (6a. edição).

VEIGA, Ilma P. A. (Org.) *Repensando a Didática*. Campinas: Papyrus, 1989.

\_\_\_\_\_. (Org) *Técnicas de ensino – Por que não?* Campinas: Papyrus, 1997.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALVITE, M.M.C. *Didática e psicologia: crítica do psicologismo na educação*. São Paulo: Loyola, 1981.

GHIRALDELLI, Paulo. *Didática e teorias educacionais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VEIGA, Ilma P. A. (Org). *Projeto político - pedagógico da escola*. Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. (Org). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas: Papyrus, 1996.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Avaliação da aprendizagem

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Estrutural

**Carga Horária:** 40h

### EMENTA

Contexto político e social do processo ensino-aprendizagem. Perspectivas teóricas da avaliação da aprendizagem. Avaliação: conceitos, princípios e funções. Avaliação da aprendizagem do aluno. Avaliação qualitativa e quantitativa. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Avaliação mediadora. Avaliação e Sociedade. Mitos e desafios da Avaliação.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação: Mito e desafio*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1991.

LUCKESI, CIPRIANO CARLOS. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições*. 18o edição, São Paulo, Ed. Cortez, 2006.

DEMO, PEDRO. *Avaliação qualitativa*. 8ª Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo, 25).

VILLAS BOAS, B. M. de F. (org.). *Avaliação Formativa: Práticas Inovadoras*. Campinas/SP: Papyrus, 2011.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DEMO, PEDRO. *Mitologias da avaliação: De como ignorar, em vez de enfrentar problemas*. 2ª Ed. Campinas. Autores Associados, 2002.

Freitas, L. C. *A avaliação e as reformas dos anos 90: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação*. Educação e Sociedade, 86, 2004, p. 133-170.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliar para promover: as setas do caminho*. Porto Alegre: Mediação, 2001.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Interação professor-aluno (aplicação dos fundamentos)

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Integrador

**Carga Horária:** 10h

#### **EMENTA**

Aplicação dos fundamentos da psicologia, da sociologia, da antropologia e da filosofia na interação professor-aluno em sala de aula.

#### **BIBLIOGRAFIA**

##### **REFERÊNCIAS BÁSICAS:**

Ver referências dos componentes: Fundamentos da psicologia aplicada à educação. Fundamentos da sociologia aplicada à educação. Fundamentos da antropologia aplicada à educação. Fundamentos da filosofia aplicada à educação.

##### **REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.

**Etapa:** Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem

**Núcleo:** Integrador

**Carga Horária:** 20h

#### EMENTA

Planejamento didático: especificidades, características, etapas, níveis e componentes. Como elaborar: Plano de Curso, Plano de Ensino e Plano de Aula.

#### BIBLIOGRAFIA

##### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORAZZA, Sandra M. Planejamento de Ensino como Estratégia de Política Cultural. *In:* MOREIRA, Antonio Flavio B. (org.). *Currículo: Questões Atuais*. Campinas: Papyrus, 1997.

LOPES, Antonia O. Planejamento do Ensino numa Perspectiva Crítica da Educação. *In:* VEIGA, Ilma P.A. (coord.). *Repensando a Didática*. Campinas: Papyrus, 1988.

VASCONCELLOS, Celso S. *Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*, 6ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELLOS, Celso S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico*, 15ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

##### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

VASCONCELLOS, Celso S. *Processo de Mudança da Prática Educacional*. São Paulo: Libertad, 1998 (Série *Textos de Aprofundamento* - 1).

<b>ETAPA 3 - Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)</b>	
<b>NÚCLEOS</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>
Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Letramento e educação</li> <li>• Educação inclusiva</li> <li>• Tecnologia aplicada à educação</li> </ul>
Integrador	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Didática aplicada às áreas</li> <li>• Elaboração de material didático.</li> <li>• Pesquisa em educação (TCC)</li> </ul>



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Letramento e Educação

**Etapa:** Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

**Núcleo:** Estrutural

**Carga Horária:** 10h

### EMENTA

Definir letramento: modelos, mitos e metáforas. Linguagem, letramento, cultura, educação, sociedade relação com as teorias e práticas historicamente constituídas no processo de aquisição da linguagem. O contexto social do letramento. Práticas e eventos do letramento. Contexto educacional para o desenvolvimento do letramento. Letramento como instrumento de poder.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Letramento e Escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional**. Disponível em: <[http://www.ipm.org.br/ipmb\\_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por](http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por)>. Acesso em: 23 out. 2011.

KLEIMAN, A. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

ROJO, Roxane. (org.). *Alfabetização e letramento*. Campinas; São Paulo: Mercado das Letras, 1998.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2000.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Educação Inclusiva

**Etapa:** Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

**Núcleo:** Estrutural

**Carga Horária:** 20h

### EMENTA

Fundamentos sócio-históricos e filosóficos da educação especial. Educação Especial no Brasil: políticas públicas e organização. Bases legais e princípios. A sociedade e as necessidades especiais. Os sujeitos com necessidades educacionais específicas. Práticas pedagógicas. Características e competências do professor para trabalhar na perspectiva da educação inclusiva.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DINIZ, Débora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *SUR Revista Internacional de Direitos Humanos*. Volume 6, Nº 11, dez-2009. p.65-77. Disponível em: [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8216/1/ARTIGO\\_DeficienciaDireitosHumanos.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/8216/1/ARTIGO_DeficienciaDireitosHumanos.pdf)

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. *Educação Inclusiva*. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.

PADILHA, Ana Maria. *Práticas Pedagógicas na Educação Especial*. São Paulo: Ed. Aut. Assoc, 2005.

SIEMS, Maria Edith Romano. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. *Educação em Foco*. Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 61-79, set 2011/fev 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texton-031.pdf>.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Tecnologia aplicada à Educação

**Etapa:** Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

**Núcleo:** Estrutural

**Carga Horária:** 20h

### EMENTA

Evolução tecnológica e suas aplicações no processo de ensino-aprendizagem. Tecnologias na formação do professor. Informática como recurso pedagógico. Critérios para seleção e utilização de recursos de informática. Análise crítica acerca da utilização da tecnologia no ensino. Programas voltados para a educação.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DEMO, Pedro. *Educação Hoje: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Atlas S.A, 2009.

FONSECA, Cláudia Chaves. *Meios de Comunicação vão à escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. *et al.* (orgs). *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). *Psicologia da educação virtual – Aprender e Ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2003.

TORNAGHI, A. J. da Costa; PRADO, M. E. B. B.; ALMEIDA, M. E. BE. *Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC: guia do cursista*. 2ª edição. Brasília: Secretaria de Educação a Distância, 2010. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000011620.pdf>.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Didática aplicada às áreas

**Etapa:** Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

**Núcleo:** Integrador

**Carga Horária:** 20h

**EMENTA/METODOLOGIA**

A turma será dividida em áreas, para que seja abordada a didática aplicada às áreas com base em apresentação de aulas-seminário. Serão responsáveis por essa atividade um profissional da pedagogia e um professor da área. A aula-seminário será resultado de um trabalho conjunto entre o professor da área e um docente da área de educação. Esses dois profissionais mostrarão, por meio das aulas-seminário, a aplicação da didática nas áreas específicas.

**BIBLIOGRAFIA**

**REFERÊNCIAS BÁSICAS:**

Ver referências dos componentes: Organização Didático-Pedagógica; Avaliação da Aprendizagem; e Reflexão sobre os meios de ensino: plano de curso, plano de ensino e plano de aula.

**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:**



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Elaboração de material didático

**Etapas:** Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

**Núcleo:** Integrador

**Carga Horária:** 40h

### EMENTA

O livro didático. Outros materiais de apoio didático. Análise de materiais de apoio didático. Produção de material didático para uso na educação profissional com base nos conhecimentos adquiridos e relacionando-os ao cotidiano da comunidade escolar (contextualização).

\*Um dos principais objetivos desse componente é fomentar a produção didático-pedagógica dos professores-alunos.

### BIBLIOGRAFIA

#### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORACINI, M. J. (Org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. São Paulo: Pontes, 1999.

LACAS, P. Construir conhecimentos: um salto entre o científico e cotidiano? In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (org). *Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança*. São Paulo: Ática, 1998.

CARNEIRO, M. H. da S.; SANTOS, W. L. P. dos; MÓL, G. de S. Livro Didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. *Revista Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências*, V. 7, N. 2, dez 2005.

Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/ensaio/issue/view/20/showToc>

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARNAY, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escolar: rumo à cultura científica escolar. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. *Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança*. São Paulo: Ática, 1998.

LAJOLO, Marisa. *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em Aberto, Brasília, n. 69, v. 16, jan./mar. 1996. Disponível em: <http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1033/935>.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA**  
DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO  
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

**Componente Curricular:** Pesquisa em Educação (TCC/Projeto de Intervenção)

**Etapa:** Práticas de ensino (execução; reelaboração; análise)

**Núcleo:** Integrador

**Carga Horária:** 20h

#### EMENTA

Produção científica na área de educação: tendências e perspectivas. Enfoques. Métodos. Orientações para a elaboração do projeto de intervenção (trabalho de conclusão de curso).

#### BIBLIOGRAFIA

##### REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BARBIER, R. *A pesquisa-ação*. Brasília: Líber, 2004.

FAZENDA, I. (org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1992.

LUDKE, M. e ANDRE, M.E.A.D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

##### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Editora Plano, 2002.

VILLAS BOAS, B. M. F. *Projeto de intervenção na escola: mantendo as aprendizagens em dia*. Campinas, SP, Papirus, 2010.

## **ANEXO II**

### **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

## **TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

### **1. Projeto de Intervenção Local**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica aplicável em diversos cursos e sua forma é definida no projeto pedagógico do curso. O trabalho acadêmico a ser apresentado como TCC neste curso é o projeto de intervenção local, que deverá refletir a consolidação dos conhecimentos construídos ao longo do curso; a formação técnica e pedagógica do estudante-professor; e a capacidade investigativa do estudante-professor em seu contexto de atuação.

São inúmeros os desafios enfrentados pela prática docente. Enfrentá-los requer reflexão sobre as ações. É nesse sentido que se propõe o projeto de intervenção local como atividade acadêmica neste projeto pedagógico. O referido projeto propiciará a realização de uma pesquisa centrada na realidade da instituição de ensino, envolvendo sua comunidade e visando a uma transformação.

O projeto de intervenção está fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação. Deve-se destacar que essa modalidade de pesquisa apresenta notadamente um caráter pedagógico: já que os sujeitos, nesse caso, os estudantes-docentes, ao pesquisarem sua própria prática, produzirão novos conhecimentos, ressignificando sua prática.

O projeto de intervenção deverá partir de um determinado problema, buscando contribuir, de alguma forma, para a mudança da realidade. Para elaborar tal projeto, é preciso conhecer o contexto em que se pretende atuar, além de criar alternativas para reverter a situação-problema, ter compreensão do real esforço para realizá-lo e a capacidade para propor e viabilizar a intervenção. Ademais, a elaboração de um projeto de intervenção não supõe uma ação isolada, sob pena de as transformações desejadas não ocorrerem caso não haja o envolvimento de outros parceiros na instituição.

A proposta do projeto de intervenção como trabalho acadêmico a ser apresentado como TCC vai ao encontro da reflexão de Freire (1996), quando afirma que

nosso papel no mundo não deve ser o de quem simplesmente constata o que ocorre, mas que também o de quem intervém como sujeito de ação.

### *Roteiro para elaboração do projeto de intervenção*

**Título:** o título deve representar claramente o tema do projeto.

**Público-alvo:** indica o segmento, ou a série, ou a turma, ou o grupo de alunos e/ou professores com o qual se vai trabalhar. Deve ser identificado o público destinatário do projeto. O projeto visa atender a quem?

**Ambiente institucional:** parte destinada à contextualização. Nela, pode haver a descrição do local em que a intervenção ocorrerá, apresentando inclusive um histórico da instituição/campus. Apresentam-se informações gerais sobre a instituição, os problemas e os desafios a serem superados.

**Justificativa e caracterização do problema:** deve-se explicitar o problema, bem como as razões pelas quais o projeto será realizado, além dos impactos positivos que poderá causar no contexto institucional.

**Objetivos:** nesta parte, deve-se responder à questão: o que o projeto pretende discutir, propor?

**Embasamento teórico:** explicitação dos referenciais teóricos que nortearão a concepção e a realização do projeto.

**Percurso metodológico:** como o projeto será realizado? Quais atividades serão desenvolvidas?

**Cronograma:** sequência temporal em que as atividades ocorrerão.

**Acompanhamento e avaliação:** apresentar informações de como serão realizados o acompanhamento e a avaliação do projeto.

## **2. Atribuições da Coordenação do Curso no que tange ao TCC**

Em relação ao TCC, competirá à coordenação do curso:

I - Propor e divulgar as normas específicas para a elaboração e a apresentação do projeto de intervenção.

II - Definir e aprovar a relação de professores orientadores.

III – Definir, juntamente com o orientador, a composição da Banca Examinadora.

### **3. Orientação do TCC**

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido sob a orientação de dois professores, um com formação compatível à área em que o trabalho será realizado, que orientará os aspectos específicos da área de atuação; e outro que orientará quanto aos aspectos didático-pedagógicos. O professor orientador deverá colaborar com o aluno na escolha e definição do tema do TCC; orientar a elaboração do TCC em contatos e encontros periódicos, em horários e prazos previamente fixados, avaliando o desempenho do(s) orientando(s); participar obrigatoriamente da avaliação dos TCC's sob sua orientação.

Deve-se destacar que a responsabilidade pela elaboração do projeto é integralmente dos alunos, cabendo aos professores orientadores o desempenho das atribuições decorrentes da atividade de orientação.

### **4. Apresentação e avaliação do TCC**

A apresentação do projeto de intervenção deverá ser pública, e sua avaliação será formalizada de acordo com os seguintes critérios:

Aprovado (o trabalho acadêmico atendeu aos critérios exigidos).

Aprovado com ressalvas (o trabalho acadêmico atende em partes aos critérios, devendo ser reestruturado, conforme indicação dos examinadores).

Reprovado (o trabalho acadêmico não atendeu aos critérios exigidos).

**ANEXO III**

**ESTÁGIO**

## ESTÁGIO

A Resolução CNE/CEB nº 2/97, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio, determina, em seu Art. 4º, que o programa se desenvolverá em, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, esta com duração mínima de 300 horas.

De acordo com o Art. 5ª da referida Resolução, a parte prática do programa deverá envolver não apenas a preparação e o trabalho em sala de aula e sua avaliação, mas todas as atividades próprias da vida da escola, incluindo o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro, as reuniões pedagógicas, os eventos com participação da comunidade escolar e a avaliação da aprendizagem, assim como de toda a realidade da escola.

A Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, nível superior, curso de licenciatura, em seu Art. 12, corrobora com o disposto na Resolução supracitada, ao indicar que, na matriz curricular, a prática não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio.

Considerando esses aspectos, este Projeto propõe uma carga horária de 310 h para a parte prática, reservando-se, dentro dessa carga horária, 110h especificamente para atividades de estágio, que serão realizadas a partir da segunda etapa do curso nos *campi* do Instituto Federal de Brasília. Cabe ressaltar que, quando este curso for ofertado para um público externo, haverá a possibilidade de o cursista realizar o estágio em outra instituição que ofereça educação profissional.

Destaca-se que serão utilizadas no estágio, sob o devido acompanhamento, as horas comprovadamente dedicadas pelo cursista à prática docente.

### **Atividades de estágio**

#### *Etapa 2 – Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem (30h)*

1. Atividades de observação e debate acerca da realidade observada

Nessa prática, o professor-aluno será primeiramente orientado quanto à observação que deverá ser feita envolvendo interação em sala de aula (10h). Posteriormente, ocorrerá a observação (10h). Por fim, os professores-alunos participarão de seminários com o objetivo de discutir os dados obtidos na observação (10h). Os professores que atuarão na segunda etapa serão responsáveis pela orientação dessa atividade.

### *Etapa 3 – Práticas de Ensino (80h)*

#### 1. Atividades de observação e debate acerca da realidade observada (30h)

Essa parte envolverá observação de aulas tomando como princípio os fundamentos do processo de ensino-aprendizagem, a organização didático-pedagógica e a avaliação da aprendizagem. Serão dedicadas 10h para a observação de aulas. Deverão ser observadas aulas na área específica em que o estudante atua e também aulas de componentes do núcleo comum. Com base nessa observação, serão feitos seminários para discutir o resultado dessas observações (20h). As discussões ocorridas nesses seminários nortearão a atividade de regência, a ser realizada posteriormente.

#### 2. Atividade docência supervisionada (30h)

Esta é a etapa de regência. Nela, serão dedicadas 10h para a orientação. Serão orientadores, nessa etapa, os formadores que atuaram em qualquer etapa do curso, juntamente com professores das áreas específicas da formação que estiver sendo ofertada (para a primeira turma, administração, construção civil e informática). O trabalho de orientação será, portanto, articulado: professor da área pedagógica + professor da área técnica. Essa orientação envolverá a realização de planos de aula, que deverão ser executados.

Serão 10h de docência supervisionada, que ocorrerá nas próprias turmas em que já atuam os professores. Os orientadores poderão acompanhar essa regência presencialmente, ou poderá haver a gravação dessas aulas para posterior avaliação dos orientadores.

Finalizada essa etapa, o cursista deverá elaborar relatório de estágio (10h), no qual apresentará o planejamento feito para as aulas e fará um relato do desenvolvimento das atividades, apontando as dificuldades enfrentadas.

### 3. Atividade de avaliação da docência (20h)

Após a regência e a elaboração do relatório de estágio, serão realizados seminários de avaliação das atividades de docência. Para tanto, os cursistas serão divididos em grupos para que os seminários ocorram com profissionais das áreas específicas, que acompanharão o resultado da regência e, com base nele, discutirão a didática específica para cada área.

Quadro-síntese das atividades de estágio:

<b>ESTÁGIO</b>	
<i>Etapa 2 – Fundamentos do processo de ensino-aprendizagem</i>	
<b>ATIVIDADES</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
OBSERVAÇÃO E DEBATE Orientação (10h) Observação (10h) Seminário de avaliação (10h)	30h
<i>Etapa 3 – Práticas de Ensino</i>	
OBSERVAÇÃO E DEBATE Orientação (10h) Observação (10h) Seminário de avaliação (10h)	30h
DOCÊNCIA SUPERVISIONADA Orientação (10h) Regência (10h) Elaboração de Relatório (10h)	30h
AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE DOCÊNCIA Seminários de avaliação por área	20h
<b>TOTAL</b>	<b>110h</b>